

De Tancredo a Sarney

José Negreiros

A escolha do ministro Marco Maciel para o Gabinete Civil completa o primeiro ciclo do governo do presidente José Sarney e lhe empresta finalmente um sentido orgânico, desde que a entrada de Dilson Funaro na Fazenda lhe conferiu personalidade própria. A reforma ministerial, que muitos supõem tratar-se de ampla substituição de nomes do primeiro escalão, poderá equivaler, em grande medida, a esta troca, considerada essencial por Sarney, em benefício da funcionalidade do Governo. O presidente está convencido de que, na verdade, os responsáveis pelo êxito de uma grande empresa não passam de meia dúzia de diretores dedicados, e por isso não lhe convém uma reforma total. Ele conhece quase de cor e gosta de lembrar trecho de uma carta de Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, ao sobrinho Joaquim de Melo Povoas, que governou o mesmo Maranhão de Sarney na segunda metade do século XVIII.

É sempre bom mudar, aconselhava Pombal, que embora não possa ser tomado como exemplo por seus métodos políticos discricionários, foi indiscutivelmente um grande reformador. Mas mudar tudo traz tanto prejuízo quanto deixar tudo como está, completava o secretário de negócios estrangeiros da Corte portuguesa. Diante do legado de Tancredo, Sarney foi alterando as coisas de forma lenta, segura e gradual. A demissão de Francisco Dornelles do Ministério da Fazenda, em agosto, sepultou uma espécie de tutela exercida pela imagem mitológica do mestre da transição.

Segundo depoimento daqueles que com ele conviveram, Tancredo ficou muito impressionado com o tom pessimista da segunda conversa que teve, na primeira quinzena de janeiro, em Washington, com o Secretário de Estado americano, George Shultz, a respeito da situação econômica dos países devedores. Dela saiu com uma fórmula de política econômica que na prática significaria um duro tratamento contra a inflação, a partir de cortes profundos nos gastos federais. Para executar esse plano, retirou o comando da economia nacional da influência de São Paulo, mas para justificar tal procedimento argumentava com a ilusória pressão que sobre ele exerceriam os governadores do Nordeste, fundamentais para a sua eleição. Pela primeira vez em muitos anos, os empresários paulistas deixariam de influir diretamente na política de Governo e Tancredo mascarava esse trunfo com uma frase bricahona: "Eu serei o ministro da Fazenda." O presidente do PMDB, Ulysses Guimarães, limitava-se a contemplar a ascensão dos mineiros com outra frase: "O governo tem que ser mais para Rodrigues Alves (paulista) do que para JK". Ou seja, modernizador, mas austero.

O Sr Sarney contrariou a essência do programa prioritário do falecido presidente e está contente com os resultados. Sem a popularidade de Tancredo e sem sustentação política regional, devolveu o comando da economia aos paulistas, estabeleceu como meta o crescimento apesar da inflação e foi obrigado a antecipar com rapidez muitas promessas de campanha, como a da eleição direta em todos os níveis. A carestia aumentou, houve uma reposição salarial compensadora e sobrevive o questionamento da duração de seu mandato, coisa que dificilmente se daria com Tancredo.

Essas são as diferenças fundamentais entre uma estratégia e outra e como de Tancredo só se fala em teoria, é difícil afirmar o que seria melhor. Em favor do atual presidente há o fato de que preparava-se para ser vice quando teve de assumir. "E nem a faixa me passaram" costuma resumir suas dificuldades iniciais. Que não contem com ele para promover uma recessão ou tratamento de choque contra a inflação, principalmente depois de ouvir um balanço pessimista do exemplo argentino do próprio presidente Raul Alfonsín. Além disso, não há um só ano de seu mandato sem eleição. A taxa deste ano, dez pontos percentuais maior do que a do ano passado, é qualitativamente diferente, pois traz embutida a retomada do emprego e um PIB de 8%: "A inflação é grande mas o salário também cresceu. E temos a correção monetária, um colchão que protege a economia popular. Em 86 o déficit público praticamente vai acabar, pois o presidente da República abdicou de seus poderes sobre a lei orçamentária, que é obra do Congresso Nacional" tem pregado Sarney.

Satisfeito com o desempenho da economia, Sarney prevê uma luta branda pela segunda partilha do ministério. Com ele, Ulysses Guimarães teria um diálogo menos tenso do que com Tancredo, com quem competia pela liderança do PMDB. Pode-se acrescentar também que Ulysses hoje é menos forte do que há um ano, obrigado a acomodar uma dissidência que cresce em tamanho e expressão política. O partido, contudo, dificilmente deixaria de gravitar em torno de um nome que, contestado, abriria espaço para uma indesejável polarização entre Jânio Quadros e Leonel Brizola como aspirantes a Presidência.

Trabalho o presidente certamente terá para compensar as expectativas do governador de Minas, Hélio Garcia, que desejará manter no Ministério do Interior o mineiro Ronaldo Costa Couto e avançar sobre o Ministério dos Transportes. Tem no colete o nome de seu secretário José Geraldo, do qual pode abrir mão desde que assegure o espaço perdido com a queda de Dornelles. O Sr João Sayad tem uma chance de continuar se Sarney resolver desfrutar por mais tempo a tranquilidade que resulta de um bom entendimento entre Seplan e Fazenda. Mas principalmente se for sensível ao interesse de Sarney de que num ano eleitoral a Seplan seja o Ministério mais político do Governo.